Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA E DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: uma análise a partir de eventos acadêmicos (2009-2019)

Lígia Cardoso Carlos
li.gi.c@hotmail.com

Doutora em Educação e Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) e Educação (PPGE) da UFPel.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6106-4150

RESUMO

O texto refere-se a uma pesquisa do tipo estado do conhecimento sobre a Geografia e a História nos anos iniciais do ensino fundamental, com base em um levantamento dos trabalhos publicados em anais de eventos científicos nacionais e de referência no recorte de 2009 a 2019. Partiu-se do reconhecimento de que há uma carência de informações sistematizadas sobre o que vem sendo produzido na área. Metodologicamente, foram utilizados os descritores séries iniciais, anos iniciais, ensino de História, ensino de Geografia, Estudos Sociais e ensino fundamental, identificando 171 trabalhos. Os dados foram organizados e analisados considerando a distribuição quantitativa por ano de ocorrência do evento, as instituições de vinculação dos autores, a localização geográfica dos estudos, os enfoques temáticos e os procedimentos de investigação ou estratégias pedagógicas que pautaram suas produções. A base de dados mostra-se comprometida com práticas pedagógicas e políticas curriculares que incidem no cotidiano das escolas; não adere a uma lógica adaptativa do currículo; mostra uma preponderância das instituições públicas na produção do conhecimento e das regiões sudeste e sul como locais de desenvolvimento dos estudos, além de sugerir a influência de políticas educacionais nas escolhas pelos temas dos trabalhos e uma preocupação com as fragilidades da formação no interior do curso de Pedagogia.

PALAVRAS-CHAVE

Anos iniciais da escolarização, Estado do conhecimento, Ensino de Geografia e História.

STATE-OF-THE-KNOWLEDGE STUDY ON GEOGRAPHY AND HISTORY IN THE EARLY YEARS OF PRIMARY EDUCATION: an analysis from academic events (2009-2019)

ABSTRACT

The text refers to a state-of-the-knowledge study on Geography and History in the early years of primary education, based on a survey of papers published in the annals of national scientific events and reference events from 2009 to 2019. It was based on the recognition that there is a lack of systematized information on what has been produced in the area. Methodologically, it was used the descriptors initial series, initial years, history teaching, geography teaching, social studies and primary education. It was identified 171 papers. The data was organized and analyzed taking into account the quantitative distribution by year of the event; the authors' institutions; the geographical location of the studies; the thematic approaches and the research procedures or pedagogical strategies that guided their productions. The database shows that it is committed to pedagogical practices and curricular policies that have an impact on everyday school life; it does not adhere to an adaptive logic of the curriculum; it shows a preponderance of public institutions in the production of knowledge and of the southeast and south regions as the places where the studies were carried out, as well as suggesting the influence of educational policies on the choice of themes and a concern about the weaknesses of training within the Pedagogy course.

KEYWORDS

Early years of Education, State of knowledge, Teaching Geography and History.

Introdução

O texto aborda um processo de investigação sobre o ensino e a formação docente em Geografia e História no início da escolarização, presentes em eventos científicos de representatividade acadêmica em três áreas do conhecimento, a Educação, a Geografia e a História. Refere-se ao período que abrange os anos iniciais do ensino fundamental e, neste contexto, considerou-se o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos (PARECER CNE/CEB Nº 11/2010), o qual adota a terminologia Ciências Humanas e a declara como uma das áreas do conhecimento escolar, tendo como seus componentes curriculares a História e a Geografia. Deste modo, a área constitui, no currículo escolar, um âmbito formativo que integra o processo de alfabetização na perspectiva de ler o mundo e ampliar as possibilidades de compreensão das experiências das pessoas no espaço e no tempo; configurando sua importância.

Posto isto, no processo de pesquisa foi ponderada a interface com a Antropologia

e a Sociologia presentes nos trabalhos, na medida em que são abordados aspectos da cultura e das organizações sociais nas pesquisas, bem como propostas e práticas pedagógicas de sala de aula para este nível de ensino.

O objetivo consiste em realizar um estudo a partir do levantamento de publicações em anais de eventos científicos de referência no recorte de uma década, de 2009 a 2019, aqui apresentados e discutidos. A escolha dos eventos deveu-se ao fato de agregarem pesquisadores, professores universitários, estudantes de pós-graduação e em iniciação científica e, mesmo que em menor número, professores da rede básica, caracterizando um universo abrangente.

As inquietações que promoveram o estudo foram originadas de ações de ensino, de pesquisa e de extensão, as quais indicaram uma fragilidade da formação docente para a Geografia e a História nos anos iniciais, uma persistente continuidade de práticas escolares pouco conectadas com o cotidiano dos estudantes e processos pedagógicos marcados pela repetição de informações e pelo estudo de efemeridades. Essa sinalização tem especial relevância para as disciplinas de História e Geografia, tendo em vista que é de sua abrangência possibilitar leituras sobre o local e constituir repertórios que estabeleçam relações com o global em diferentes temporalidades.

Nessa perspectiva, importantes produções acadêmicas foram realizadas no país nas últimas décadas (CALLAI; CALLAI, 1999; CASTROGIOVANNI, 2000; BERGAMASCHI, 2002; HICKMANN, 2002; STRAFORINI, 2002; CALLAI, 2005; FONSECA, 2006; ABUD, 2012; CASTELLAR, 2017, dentre outras) que abordaram aspectos do ensino e da aprendizagem, considerando questões teóricas e práticas. As contribuições desses estudos assentam-se no reconhecimento de concepções de ensino que permanecem expressas nas escolas, nas salas de aula e na apresentação e na discussão de perspectivas teóricas e metodológicas para referenciar práticas escolares promotoras de aprendizagens. Além disso, tais produções denunciaram a persistência de práticas pedagógicas de memorização e do uso das datas comemorativas como conteúdo preponderante para os anos iniciais em História e Geografia.

Para apreender o contexto em estudo é importante atentar, inicialmente, para a proposta de Estudos Sociais presente em momentos distintos da história da educação no país. Conforme Nadai (1988) apontou, houve, através da sua oferta como disciplina ou área do conhecimento, a recepção do ideário da escola pragmática norte-americana nos anos 1930 no Brasil, visando desenvolver aprendizagens vinculadas aos valores necessários para viver em sociedade, capitaneados pela ideia de formação para a cidadania, incorporada em algumas práticas inovadoras e progressistas. Posteriormente,

com as reformas no sistema educacional pós-golpe militar de 1964, os Estudos Sociais tornaram-se parte integrante do núcleo comum da escola de 1º e 2º graus e obrigatórios em todo o país, com inserção na formação docente. Foi uma das expressões da política antidemocrática, mediando os objetivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional instituída em 1971.

No período de enfraquecimento da ditadura militar e de redemocratização do país tiveram relevância as associações de professores e pesquisadores tanto da Geografia quanto da História que, contrapondo-se à lógica que aligeirava e fragilizava a formação docente nas licenciaturas de Estudos Sociais, defendiam o reconhecimento, a retomada e o fortalecimento dos cursos de História e Geografia como referentes da formação e das identidades das áreas. Neste cenário, os Estudos Sociais se enfraquecem enquanto disciplina, saem dos documentos oficiais e os Parâmetros Curriculares Nacionais, apresentados no ano de 1997, passam a veicular a História e a Geografia como disciplinas distintas, apresentando princípios, conceitos e orientações de atividades em cada uma delas.

Com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, as Ciências Humanas estão presentes como área de estudos e a História e a Geografia aparecem como componentes curriculares com suas competências específicas, unidades temáticas e objetos de conhecimento. Não obstante as alterações na política curricular, a abordagem dos Estudos Sociais tende a conservar-se nas práticas de sala de aula, considerando o modo de organização dos anos iniciais a partir do trabalho polivalente, a formação dos profissionais para este nível de ensino no curso de Pedagogia e a forma aproximada ou integrada como a História e a Geografia são ensinadas, levando em conta a disposição curricular dos conteúdos para os anos iniciais que parte do mais próximo ao mais distante, do mais simples para o mais complexo, como bem trataram Khun; Callai; Toso (2019) ao discutirem os pressupostos epistêmicos dos círculos concêntricos. Nesse sentido, também é importante considerar a investigação apresentada por Straforini (2016) que trata sobre aspectos de permanências e de mudanças nos documentos curriculares do ensino de Geografia nos anos iniciais. Traz a categoria realidade, presente nestes documentos e em falas de professoras participantes de pesquisa, como mote de integração e de sentido para os conhecimentos trabalhados em sala de aula; indicando a continuidade do enfoque dos Estudos Sociais nas salas de aula.

Essas constatações assinalam fragilidades na formação e nas práticas docentes e reforçam a disposição em contribuir no processo de conhecer o que vem sendo produzido, na busca por ampliar a base de referências para pensar e projetar a História e

a Geografia nos anos iniciais. Tendo em vista que as crianças são sujeitos da cultura, elas têm direitos vinculados à escolaridade que incluem oportunidades educacionais e experiências de aprendizagem em todas as áreas do conhecimento. Nesse sentido, evidencia-se que este movimento de pesquisa contribui para que possamos nos inteirar das iniciativas e dos estudos realizados, bem como pode auxiliar no estabelecimento de agendas e compromissos; observando as possibilidades e necessidades da docência e da formação.

Assim, na continuidade do texto será apresentado o encaminhamento metodológico para o desenvolvimento da pesquisa do tipo estado do conhecimento e com caráter bibliográfico sobre os eventos acadêmicos, uma apresentação e uma discussão do material selecionado, considerando uma perspectiva quantitativa e locacional, bem como uma perspectiva sobre os enfoques temáticos e procedimentais dos trabalhos selecionados. Posteriormente, uma conclusão do que foi apresentado fazendo algumas articulações, diante da abrangência dos dados e limites desta investigação.

Percurso metodológico

Nos encaminhamentos da pesquisa, a proposta metodológica vinculou-se ao que se denomina estado do conhecimento (ROMANOWSKI; ENS, 2006); pois, conforme as autoras, é um estudo que aborda apenas um setor das publicações, no caso os anais de eventos, favorecendo a compreensão da produção em determinada área, possibilitando examinar ênfases, temas abordados e perspectivas. Teve caráter bibliográfico e visou representar aspectos da produção sobre os anos iniciais da escolarização divulgada em eventos científicos, entre os anos 2009 e 2019, no recorte ensino das Ciências Humanas, abrangendo a História e a Geografia, acrescidas das temáticas do campo da cultura e das relações sociais associadas aos anos iniciais, para as quais ainda é recorrente nas escolas a denominação de Estudos Sociais.

Os eventos foram: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE); Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia (ENPEG); Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE); Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH); Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História (SNH/ANPUH).

O processo de geração dos dados compreendeu dois movimentos para a seleção de trabalhos constantes nos anais: pré-seleção e seleção. Foram utilizados como descritores: séries iniciais, anos iniciais, ensino de História, ensino de Geografia, Estudos Sociais, ensino fundamental. O critério utilizado na pré-seleção dos trabalhos consistiu na presença de um desses descritores no título ou no resumo do trabalho. Nem sempre o resumo foi suficiente para selecionar o trabalho, mas dava pistas para averiguar o texto.

Posteriormente, os trabalhos constantes na pré-seleção foram analisados considerando o texto completo, de modo a compor um *corpus* de análise para os anos iniciais, totalizando 171 artigos no período de 2009 a 2019. Algumas investigações foram apresentadas mais de uma vez e em mais de um evento, porém em um número pouco significativo e representando diferentes etapas do processo das pesquisas de seus respectivos autores.

A busca dos trabalhos das reuniões da ANPED foi realizada no *site* da entidade, priorizando os grupos de trabalho (GT) de Didática, Formação de Professores, Currículo e Educação Fundamental. Foram encontrados 13 trabalhos que atenderam aos critérios de seleção da pesquisa. Os trabalhos do ENDIPE foram localizados no site oficial da Associação Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ANDIPE), no qual estão hospedados *links* com os anais das edições bianuais do evento, com exceção do ano de 2016 que estava desativado na época. Foram selecionados 25 trabalhos referentes a esse evento.

Em relação ao ENPEG, os arquivos contendo os anais foram disponibilizados pela coordenação da última edição do evento integrante da pesquisa. Foram localizados 64 trabalhos voltados para os anos iniciais. Quanto ao ENANPEGE, os anais foram localizados no site da entidade. Foram localizados 29 trabalhos no recorte da pesquisa, com ênfase no GT de Ensino de Geografia e demais vinculados ao campo da educação em atividade no período investigado.

Os trabalhos referentes ao ENPEH foram os de maior dificuldade de acesso. Somente os anais e o caderno de resumos do XI ENPEH (2017) estavam disponíveis *on-line*. As edições IX ENPEH (2011) e X ENPEH (2013) estavam com suas páginas eletrônicas desativadas e a edição XII ENPEH (2019) ainda não contava com anais publicados na época da coleta de dados. Foram extraídos oito trabalhos desse evento. Os dados do SNH/ANPUH foram selecionados com acesso aos anais através do *site* da entidade. Deste evento, foram selecionados 32 trabalhos, com ênfase nos simpósios temáticos vinculados à área da educação. Na sequência, a Tabela 1 expressa os eventos, bem como ano e local de realização.

Tabela 1: Eventos integrantes da pesquisa e locais de realização

Evento/ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ANPED	32ª MG	33ª MG	34ª RN	35ª PE	36ª GO		37ª SC		38ª MA		39ª RJ
ENDIPE		15º MG		16º SP		17º CE		18º MT		19º BA	
ENPEG	10º RS		11º GO		12º PB				13º MG		14º SP
ENANPEGE	VIII PR		IX GO		X SP		XI SP		XII RS		XIII SP
ENPEH			IX SC		X SE				XI RJ		XII MT
SNH/ANPUH	XXV CE		XXVI SP		XXVII RN		XXVIII SC		XXIX DF		XXX PE

Fonte: Elaboração da autora (2023)

Desse modo, as fontes da pesquisa foram os anais contendo os trabalhos no período de uma década. Como bem alerta Cellard (2019), essa fonte constituiu documentos que agregaram a dimensão do tempo na compreensão do social, possibilitando uma observação processual. Ainda, como observa o autor, o documento não pode ser transformado, ele precisa ser aceito como se apresenta na sua parcialidade e incompletude, considerando o contexto, a autoria, a autenticidade/confiabilidade e a natureza.

Em relação à autoria, os textos selecionados foram constituídos de sujeitos vinculados à educação formal na condição de docentes da educação básica ou do ensino superior, pesquisadores, alunos de pós-graduação e de graduação, além de integrantes de secretarias estaduais e municipais de educação. Revelaram investimentos de seus autores na profissionalização e na qualificação da trajetória profissional.

No que se refere à natureza dos textos, foram selecionados aqueles que atenderam critérios estabelecidos pelos eventos para integrarem os anais de modo a serem reconhecidos pela academia e pelos pares, seguindo exigência padrão de avaliação como escrita formal, conteúdos reflexivos e não apenas descritivos de uma prática. Muitos se enquadraram como pesquisas em andamento, sem uma definição teórico-metodológica mais apurada. A autenticidade foi dada pela divulgação oficial dos eventos, os quais contaram com comissão científica e reconhecimento da comunidade acadêmica.

No que concerne ao entendimento do contexto em que os documentos da pesquisa foram produzidos, é importante considerar que foi uma década de crescente

exigência acadêmica por publicações, derivada das formas de avaliação da produção na pós-graduação no país, a qual serviu de estímulo para a busca, manutenção e inscrição de trabalhos nos eventos. Também, fortaleceram o debate científico pela socialização e pelo diálogo com os pares.

Os dados foram organizados e analisados focalizando a distribuição quantitativa por ano de ocorrência dos eventos, as instituições de vinculação dos autores, a localização geográfica dos estudos, os enfoques temáticos e os procedimentos de investigação ou estratégias pedagógicas que pautaram suas produções.

O que manifestam os textos selecionados

A ideia de conhecer a produção através dos eventos acadêmicos configurou um universo representativo de estudos e práticas sobre a área das Ciências Humanas e seus componentes curriculares História e Geografia para os anos iniciais do ensino fundamental, em um período de uma década. O estudo realizado possibilitou reconhecer algumas tendências e identificar aspectos da movimentação dos pesquisadores em suas escolhas por temas de pesquisa, reflexões sobre práticas e trajetórias de trabalho e formação. Nesse sentido, nesta seção serão apresentados e discutidos os dados em uma perspectiva quantitativa e locacional, considerando o número de trabalhos selecionados por evento e ano de edição, as instituições a que estavam vinculados e a localização dos estudos por região do país. Também, em uma perspectiva qualitativa dos trabalhos, a partir dos enfoques temáticos e procedimentos metodológicos.

Perspectiva quantitativa e locacional

Uma primeira aproximação dos dados foi em relação à quantidade de trabalhos constantes nos anais. O recorte para os anos iniciais representa menos de 3% do total nos eventos ENDIPE, ANPED, ENANPEGE e SNE/ANPUH. No ENPEG e no ENPEH, eventos já circunscritos no âmbito do ensino de Geografia e História, respectivamente, menos de 10% dos trabalhos estão direcionados para os anos iniciais. Houve uma continuidade na produção dos trabalhos na área de estudo no período selecionado, mesmo com alterações na distribuição entre eventos.

Considerando os trabalhos selecionados para a investigação, a Figura 1 demonstra essa distribuição.

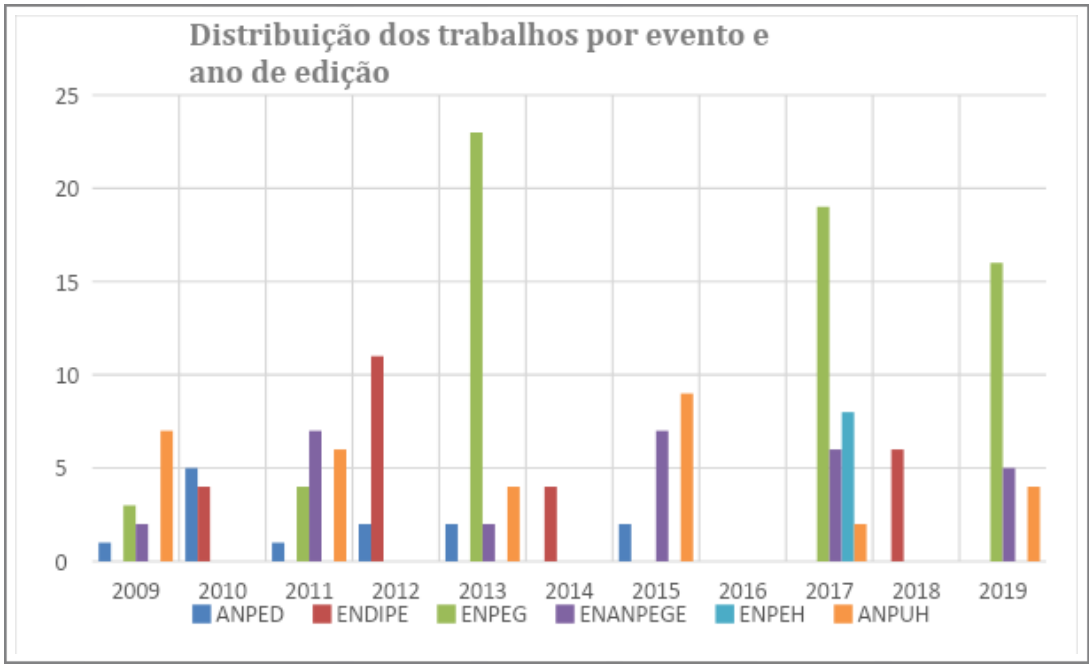


Figura 1: Distribuição quantitativa de trabalhos selecionados e ano de edição
Fonte: Elaboração da autora (2023)

Percebe-se um acréscimo de trabalhos no ENPEG a partir da edição do ano de 2013, permanecendo como o evento com maior número de trabalhos selecionados. Na ANPED houve um movimento de decréscimo, sendo que nas duas últimas edições nenhum trabalho foi encontrado. No SNH/ANPUH não ocorreu um acréscimo importante no decorrer do período analisado. O evento se estruturou em simpósios temáticos (ST) nos quais foram agrupados os estudos. Nesse período ocorreu uma média de 110 ST por evento e, dentre eles, uma média de apenas 13 vinculados ao campo da educação.

No ENPEH, mesmo sem termos acesso a todos os anais do período, foi possível identificar, com consultas na internet para recuperar notícias dos encontros, a existência e permanência de um grupo de trabalho específico de anos iniciais nas edições do evento. Em relação ao ano de 2017, o ENPEH obteve o segundo lugar em relação ao número de registros de trabalhos no ano, com oito trabalhos. A maior ocorrência de trabalhos no ano em questão foi no ENPEG com 19 trabalhos.

A incidência de trabalhos voltados para os anos iniciais pode ser pensada por dois caminhos: um que revela a hierarquia constituidora do que deve ser ensinado nas escolas, com a tradição de enfatizar a leitura, a escrita e os cálculos como articuladores do currículo no início da escolarização. Há uma organização escolar e uma prática de transmissão construídas historicamente (VARELA, 1994) que mascara a arbitrariedade do

processo de seleção e definição dos saberes válidos para cada etapa da escolarização. Outro que revela a estrutura da formação docente no país em que as áreas específicas se voltam para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, desarticuladas do curso de Pedagogia, responsável pela formação para o início da escolarização. Nesse sentido, Straforini (2011) lembra que da mesma maneira que não há um único conhecimento geográfico, também não há uma única cultura escolar, chamando a atenção para as distinções entre os anos iniciais e os demais anos da educação básica. Assim, há uma diferenciação entre identidades profissionais, produzidas nas dinâmicas entre teorias e circunstâncias da prática, que se expressam através das licenciaturas em Geografia, História e Pedagogia. Neste contexto, os profissionais formados nas licenciaturas das diversas áreas do conhecimento voltam-se para o segundo segmento do ensino fundamental em diante e a situação inversa ocorre nos cursos de Pedagogia, não configurando, necessariamente, um desinteresse pelos anos iniciais por parte dos docentes e estudiosos das áreas específicas.

Outra mirada para os dados foi realizada na intenção de identificar as instituições nas quais os estudos se vincularam ao serem elaborados, se públicas ou privadas/ comunitárias.

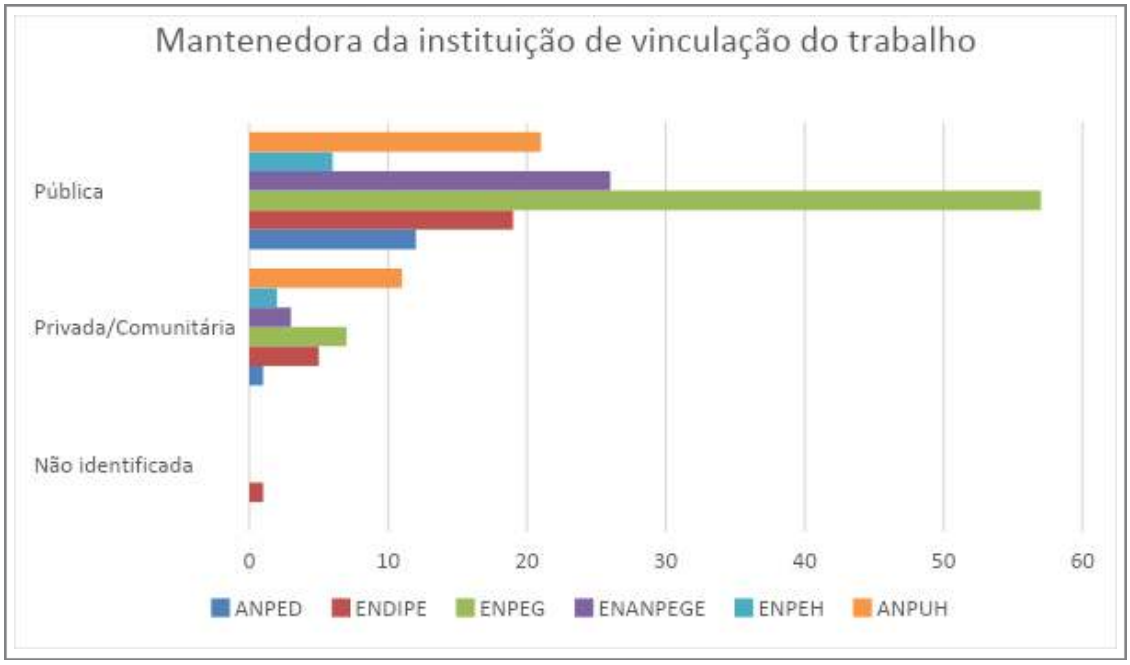


Figura 2: Designação da mantenedora da instituição de vinculação do trabalho
Fonte: Elaboração da autora (2023)

Nos seis eventos analisados, houve uma atuação expressiva das instituições públicas e foram nelas que os trabalhos se concentraram. Apenas um trabalho do ENDIPE não teve sua vinculação identificada, ou seja, trabalho em que os autores não forneceram esta informação ao longo do texto.

Os dados reafirmam o papel importante das instituições públicas na produção e na circulação do conhecimento, principalmente as universidades, pois nelas há pesquisa consolidada. Mesmo assim, as universidades privadas e as comunitárias, sem finalidades lucrativas, também foram representadas. Quanto a esse aspecto, cabe chamar a atenção para dois fatores: o primeiro é que os dados se referem à área das Ciências Humanas, a qual tende a demandar menos investimento financeiro e, por conseguinte, é a área em que as universidades privadas e comunitárias concentram as pesquisas (DURHAM, 1998). Já o segundo é que as instituições privadas e comunitárias também dependem de investimentos públicos para suas ações de pesquisa.

Também foram identificadas as regiões do país em que os estudos foram desenvolvidos, conforme a Figura 3.

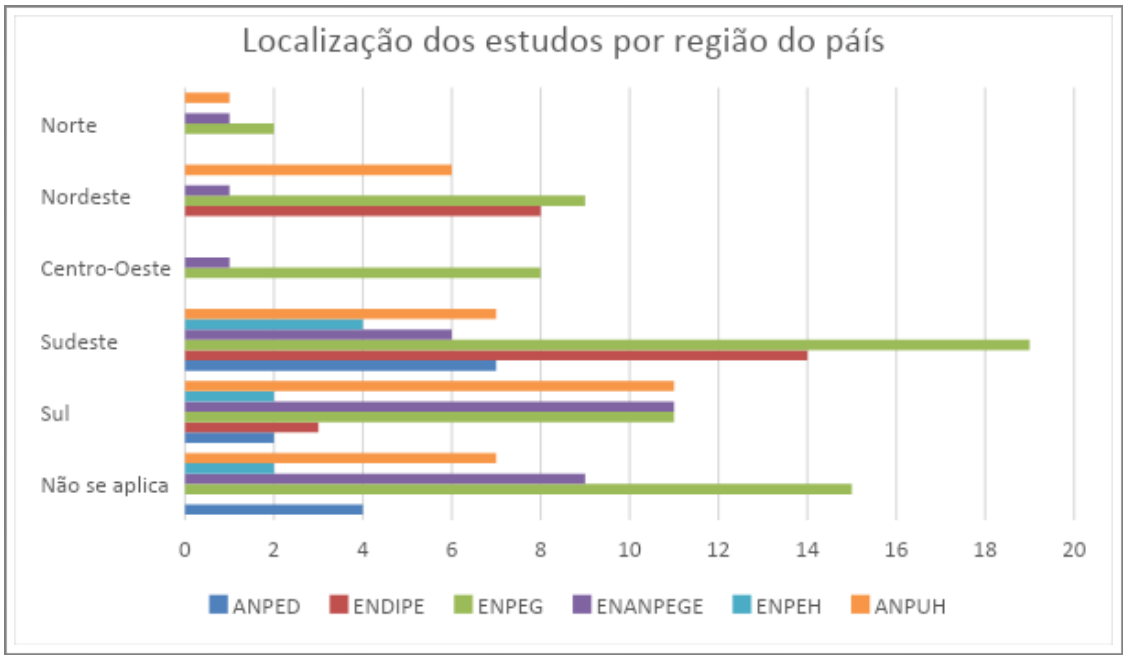


Figura 3: Localização dos estudos por região do país
Fonte: Elaboração da autora (2023)

Em relação a esse quesito, houve o predomínio da região sudeste como local de desenvolvimento dos estudos presentes nos eventos ENDIPE, ENPEG, ENPEH e ANPED. A região sul aparece com o maior número de trabalhos no SNH/ANPUH e no

ENANPEGE. A região nordeste aparece em segundo lugar no ENDIPE. A região norte foi fracamente representada com apenas dois trabalhos no ENPEG, um no SNH/ANPUH e um no ENANPEGE. Porém, há trabalhos que versam sobre livros escolares e políticas curriculares de modo mais amplo, não se enquadrando em estudos vinculados a uma região do país, ou ainda, trabalhos em fase inicial sem definição do local de sua realização.

Para a leitura dos dados foi possível evocar o conceito de rede (SOUZA, 2016), capturando aspectos do modo de estruturação de um fenômeno e da sua dinâmica socioespacial. Trata-se de uma trama que tem estabilidade em um nó, os eventos, que conectam e fortalecem trocas de experiências e de reflexões; organizando fluxos de informações e saberes. A ideia de rede capta o modo de estruturação da produção do conhecimento na área, identificando uma conexão de pontos de informação no espaço geográfico de modo fluído e podendo a cada evento ser alterada, apesar de alguns aspectos permanecerem, como a reduzida realização de trabalhos na região norte do país.

Nesse contexto, a pouca expressividade quantitativa dos trabalhos em determinadas regiões não significa menor qualidade, capacidade criativa ou engajamento teórico-metodológico, mas uma projeção espacial de determinadas relações sociais que incluem a distribuição dos programas de pós-graduação e dos grupos de pesquisa no país. Pode-se dizer que os trabalhos acabam submetidos às lógicas de produção de algumas regiões, em um necessário processo acadêmico de dialogar e de apresentar as produções aos pares.

Perspectiva de enfoques temáticos e procedimentos metodológicos

No que se refere aos enfoques temáticos, muitos trabalhos selecionados referem-se a estudos localizados e de curta duração, na medida em que se apresentam como investigações de estudantes vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu*, relacionadas a linhas e grupos de pesquisa. Tomo como exemplo Pedro (2013) que, nos anais do X ENANPEGE, trata de projeto pesquisa no mestrado com professoras de uma escola pública. Também se referem a estudos originados em disciplinas da graduação, como Souza e Ramos (2019) no 14º ENPEG.

Ainda, poucos explicitam que são investigações decorrentes de trajetórias de grupos de pesquisa, aspecto importante a ser socializado e caracterizado nos textos, como fizeram Guimarães (2011) nos anais do 11º ENPEG e Cainelli; Tuma; Oliveira

(2009) nos anais do XXV SNH/ANPUH. Tratam de uma escola, um curso, uma proposta pedagógica ou de uma expressão das políticas públicas para a área. Além desses aspectos, os estudos parecem ter uma familiaridade com o ambiente escolar, suas dinâmicas e seus processos em torno da educação formal. Aspecto que revela uma importante dimensão empírica nos trabalhos, bem como reflexões e busca de subsídios teóricos para compreendê-la.

A Tabela 2, na sequência, mostra a distribuição dos trabalhos examinando os enfoques temáticos. Na dúvida sobre como classificá-los, foi considerado o modo como o tema foi apresentado ao longo do texto. Por exemplo, no caso de trabalho que trata de livros didáticos e ensino, a ênfase dada pelos autores no desenvolvimento do texto foi levada em conta.

Tabela 2: Enfoques dos artigos selecionados

Enfoques	ANPED	ENDIPE	ENPEG	ENANPEGE	ENPEH	ANPUH	Total
Livros e materiais didáticos História	1	4			1	3	**9**
História regional/livro materiais didáticos					2	3	**5**
Livros e materiais didáticos Geografia		1	7	2			**10**
Questões étnico-raciais	2	4	1		1	3	**11**
Educação patrimonial				3		6	**9**
Ensino de História	1	3			1	5	**10**
História da educação /das disciplinas escolares					1	4	**5**
Desenvolvimento do pensamento histórico						2	**2**
Ensino de Geografia	1	1	14	10			**26**
Ensino de História/Geografia, Estudos Sociais	1	3	1	1			**6**
Cultura escolar, cotidiano e comunidade	3						**3**
Noção de tempo		1					**1**
Cidadania e participação	1	2					**3**
Conteúdos/currículo de História	1					3	**4**
Conteúdos/currículo de Geografia	1						**1**
Cartografia escolar		2	6	4			**12**
Formação de professores		2	24	7	1	2	**36**
Gênero e sexualidade	1	1					**2**
Geografia e infâncias			7				**7**
Políticas e propostas curriculares		1	5	2		1	**9**

Fonte: Elaboração da autora (2023)

Na ANPED há uma ênfase em estudos sobre o entorno da escola, constituídos da busca por compreender o cotidiano em que se dão as dinâmicas escolares. Foram trabalhos que trataram de situações que extrapolaram a sala de aula e seu currículo formal, bem como indicaram potencialidades para a compreensão da complexidade das relações sociais que atravessam as vivências dos sujeitos da comunidade escolar. Nestes trabalhos houve relevante interlocução entre a educação, a sociologia e a antropologia na escolarização das crianças nos anos iniciais. Destaco Medeiros (2015) em estudo que problematiza as identidades e as representações étnico-raciais nas salas de aula. Também, Coelho (2012) e Silvestri (2015) ao abordarem a cidadania e a participação das crianças no cotidiano escolar.

No ENDIPE, houve uma variedade de trabalhos abrangendo o ensino de História e o ensino de Geografia, bem como uma articulação entre as áreas. Saliento os trabalhos de Godoy; Lastória (2012) e Perinelli Neto (2012), os quais tratam do ensino de ambas as disciplinas considerando o contexto local. Porém, uma incidência maior de trabalhos do âmbito do ensino de História, visto que os do ensino de Geografia concentraram-se nas edições de 2010 e 2012, em detrimento das edições de 2014 e 2018; talvez em função do fortalecimento do ENPEG no período. Destaca-se a relevância das questões étnico-raciais, com ênfase no evento de 2018, dos quais exemplifico com o trabalho de Almeida; Silva (2018). Entende-se que a legislação federal que, desde 2008, passou a incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008) instigou a realização de parte destes estudos e instituiu o seu cumprimento.

No ENPEG os trabalhos direcionados para a formação docente foram numericamente significativos, resultando em 24 dos 36 selecionados. Neles está presente a preocupação com o domínio dos conhecimentos específicos da Geografia por parte dos professores para proporcionar adequadas condições de ensino e aprendizagem. Dentre eles, destaco: Reis; Miranda (2009); Borba; Rabelo; Oliveira [et al] (2017) e Maia (2019). Considerando que os trabalhos selecionados para o *corpus* da pesquisa têm como contexto o início da escolarização, o foco de atenção diz respeito à formação e atuação dos profissionais do curso de Pedagogia, à atividade docente nos anos iniciais do ensino fundamental e ao currículo para esta etapa da escolarização. Também, foram significativos os trabalhos sobre o ensino de Geografia, 14 de 26, com ênfase em situações de intervenção em sala de aula. Como exemplo, cito Rosinski; Michielin (2019). Muitos desses trabalhos, com indicação no texto ou não, podem ter sido originados em ações como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

(PIBID) que integra a política nacional de formação de professores do Ministério da Educação, iniciado no ano de 2007 e com importante expressão no período investigado. No ENANPEGE repete-se a ênfase no ensino de Geografia e na formação de professores.

Nos eventos da área da História, ENPEH e SNH/ANPUH, a questão da formação de professores e da fragilidade da formação inicial no curso de Pedagogia ou no curso Normal oferecido no ensino médio também aparece, porém com menor intensidade. Tomo como referência o trabalho de Ramos (2019). Nesse contexto, é pertinente examinar que, nos cursos de Pedagogia, a formação é generalista (PIMENTA et al., 2017) bem como sua atuação, tendo em vista que o docente tem como função alfabetizar nas diversas áreas do conhecimento presentes no currículo escolar, em que se encontram a História e a Geografia. As demandas de formação, presumindo a amplitude da atuação que abarca diferentes áreas do currículo escolar, não possibilitam o aprofundamento necessário para cada uma delas. Libâneo (2010), ao analisar currículos de cursos de Pedagogia, questiona sua efetividade na formação inicial de professores. Constata que há um privilegiamento das metodologias de ensino em detrimento dos conteúdos específicos que lhes dão base. Nesse sentido, os cursos de Pedagogia possuem uma carga horária para os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento insuficiente para a complexidade do ensino e da aprendizagem das especificidades. No que se refere aos demais cursos de licenciatura, estes voltam-se para a formação de docentes para os anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Assim, os estudos de áreas específicas do conhecimento, dentre elas a História e a Geografia, não estão voltados para os anos iniciais e, consequentemente, a primeira fase do processo de escolarização não possui a densidade de estudos necessária na formação inicial de professores de modo geral.

Há uma prática curricular no contexto dos anos iniciais, realizada basicamente por profissionais formados nos cursos de Pedagogia, que não está no domínio das demais licenciaturas. A situação causa preocupações para as áreas específicas, resultando em trabalhos que abordam esta condição da formação no interior do curso de Pedagogia e que estão presentes nos anais dos eventos estudados. Esse distanciamento dos sujeitos formados nas licenciaturas de História e Geografia da prática curricular dos anos iniciais pode interferir no diálogo entre pares, já que as exigências teórico-metodológicas e as características do trabalho docente das distintas etapas da escolarização não são as mesmas.

Outro dado expressivo é o número de trabalhos sobre a organização, a produção e a utilização de livros didáticos nos anos iniciais. Dentre eles, Fávaro (2012) e Silva (2013) no ENDIPE e ENPEG, respectivamente, apontam potencialidades, ressignificações

e fragilidades no uso deste recurso. Os estudos sobre o livro didático foram impulsionados por políticas públicas de âmbito federal que caracterizaram um investimento na qualificação e disponibilização deste artefato a ser utilizado por estudantes e docentes das escolas públicas. Como ponto de partida, um aspecto relevante na política sobre os materiais didáticos foi a criação, em 1985, do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e, em 1996, a instituição pelo Ministério da Educação de processos de avaliação divulgados em guias de livros didáticos com a função de estabelecer aqueles que poderiam ser escolhidos pelos professores. Nesse sentido, ocorreu uma mobilização de intelectuais nas diferentes áreas do conhecimento para participarem do processo e o qualificarem através de estudos. O investimento colaborou na produção de um outro olhar para o livro didático, ultrapassando uma imagem marcada, até o início dos anos 80 do século XX, como de uma fabricação resultante da indústria cultural, um instrumento de dominação política e ideológica (DEIRÓ, 2002; FARIA, 1994). Do mesmo modo, contribuiu para alterar a sua representação como recurso instrumental para professores que dispõem de uma qualificação profissional duvidosa, a qual produziu uma generalização sobre a relação dos docentes com o livro didático que pouco considerava a variedade de modos e circunstâncias de sua utilização.

No SNH/ANPUH e no ENANPEGE há trabalhos voltados para a educação patrimonial, conforme mostrou a Tabela 2. Dentre eles, Magalhães (2011) no SNH/ANPUH e Herkert Netto (2011) no ENANPEGE. Os estudos podem ser entendidos no contexto da inserção do tema patrimônio cultural na educação formal no período que abrange o recorte temporal dessa pesquisa, fomentadas pelo Ministério da Educação. Trata-se da incorporação da temática no Programa Mais Educação (instituído em 2007 e parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE), que atendeu a educação básica, e no Programa de Extensão Universitária/ProExt (criado em 2003 com ênfase na inclusão social), com uma linha temática que abrangeu o patrimônio cultural.

Também, estão presentes no SNH/ANPUH, pela especificidade da área, trabalhos que demonstram uma preocupação em estudar a história dos anos iniciais, possibilitando uma compreensão de aspectos da tradição das escolas primárias no país. Esse tipo de estudo traz uma contribuição importante na medida que permite identificar as permanências e as mudanças em relação à escolarização e à docência para os anos iniciais; potencializando a compreensão das práticas escolares diante do modo como hoje se expressam a História e a Geografia escolar. Nesse sentido, o trabalho de Jacques (2015) pode ser tomado como exemplo, na medida em que analisa cadernos escolares

do ensino primário nos quais lições de História, Geografia e transmissão de valores estavam presentes em uma lógica de trabalho polivalente centrado na alfabetização.

De modo geral, os textos selecionados visam à aquisição e à ampliação de aprendizagens e não aderem a uma lógica de educação bancária (FREIRE, 2005) pautada no depositar, transmitir e transferir conhecimentos. Nesse sentido, podemos dizer que são críticos do *status quo*, reconhecem as contradições presentes em relações desiguais de poder, não explicitam conservadorismos, autoritarismos, concepção positivista da pedagogia, defesas de lógicas neoliberais privatistas e meritocráticas. Não foram encontradas formulações que enfatizaram a vocação profissional ou a formação moral. Os trabalhos não demonstraram se filiar a uma busca da eficiência do ensino em um sentido instrumental pautado em uma prática educativa de memorização e repetição. Também não explicitaram uma intencionalidade social elitista.

Entretanto, houve uma dificuldade para caracterizar tendências teóricas utilizadas, pois as indicações presentes nos textos são limitadas. Em alguns casos referem-se a pesquisas em andamento ou reflexões sobre práticas, não estando ou não explicitando a inserção em uma lógica ou formulação teórica mais precisa. Tratam de reflexões importantes que buscaram dialogar com os pares, mas, na maioria das vezes, revelam um aspecto de problematização do tema e de revisão de literatura. Não é possível afirmar como sendo uma vulnerabilidade da produção, mas pode indicar a perspectiva do que alerta Saviani (2019) sobre a peculiaridade da educação e da pedagogia como objeto da pesquisa científica. Para o autor,

> [...] a pedagogia tem seu estatuto de cientificidade frequentemente contestado, seja pelo entendimento segundo o qual a educação é uma atividade prática não suscetível de ser teorizada cientificamente, seja porque a educação é tida como um objeto de várias ciências carecendo, portanto, de autonomia e unidade teórico-científica. (SAVIANI, 2019, p. 240)

Na perspectiva do supracitado autor, a educação é lida e compreendida a partir de outras áreas científicas – psicologia, filosofia, sociologia – as quais têm um objeto próprio que não é coincidente com o fenômeno educativo, truncando o entendimento do ensino e da formação de professores. No caso, as áreas específicas, História e a Geografia escolar, mesmo se debruçando sobre os anos iniciais se inserem de modo frágil

na formação para esta etapa da escolarização, pois a maior ênfase está nas etapas posteriores da educação básica.

Pode-se dizer que os textos estão vinculados ao que Franco (2020) considerou, ao analisar os movimentos de produção do pensamento educacional, reações antipositivistas que resultaram em duas vertentes na epistemologia da pedagogia: a pedagogia pragmatista-utilitarista, a partir de Dewey, e a pedagogia dialética, base de uma filosofia da práxis. Em relação ao legado de Dewey presente nas produções, podemos considerar os estudos e as propostas que lidam com a ideia de professor reflexivo, o tratamento dos conteúdos vinculado às vivências dos alunos e o desenvolvimento do pensamento a partir da resolução de problemas. No que se refere à pedagogia dialética estão aqueles vinculados a uma perspectiva crítica da realidade, tendo no horizonte a possibilidade da transformação social. Foi possível identificar nos textos indícios de vinculação mais aproximada a uma ou outra base teórica, mesmo sem uma indicação dos processos históricos e das implicações teóricas associadas.

No que se refere ao modo de organização dos procedimentos de geração dos dados ou de mobilização para a realização de ações pedagógicas que resultaram nos estudos incluídos nos anais, foi possível identificar uma variedade de estratégias utilizadas pelos autores na produção de suas pesquisas ou práticas pedagógicas. A Tabela 3 apresenta a classificação referente a esse assunto.

Tabela 3: Procedimentos de pesquisa e/ou estratégias pedagógicas indicadas nos trabalhos selecionados

Procedimentos	ANPED	ENDIPE	ENPEG	ENANPEGE	ENPEH	ANPUH	Total
Etnografia	4	1	1			1	**7**
Observação e interação no contexto escolar			6	1			**7**
Observação com questionários/entrevistas		1		1		3	**5**
Narrativas	3						**3**
Sem definição/intenção de estudo	1		2		1	1	**5**
Documentos com entrevistas/questionários	2	1	2	1	1	2	**9**
Documentos (legislação, livros didáticos, registros escolares)		4	8	6	5	11	**34**
Entrevistas		2				2	**4**
Questionários			2	3		1	**6**
Intervenções em sala de aula	3	12	32	10	1	5	**63**
Produção de material didático				1			**1**

Revisão de literatura		1	6	5		4	**16**
Reflexão teórica				1			**1**
Grupo focal		2	1				**3**
Trabalho colaborativo com professores				1			**1**
Entrevistas e desenhos infantis			2				**2**
Percursos de formação e trajetória docente			2			2	**4**

Fonte: Elaboração da autora (2023)

Foi possível reconhecer o predomínio de intervenções em sala de aula – nas quais estavam identificadas a pesquisa-ação e a pesquisa participante – e o uso de documentos, com o somatório de 63 e 35 ocorrências, respectivamente.

Ainda, uma importante representação das estratégias de revisão de literatura, observação e interação no contexto escolar e etnografia, com 16, 7 e 7 registros, nessa ordem. A classificação como etnografia foi feita respeitando o modo como os autores nomearam, porém, as informações contidas nos textos indicam uma similitude com aqueles inseridos como observação e interação no contexto escolar.

Observando a totalidade dos processos encontradas, foi viável estabelecer algumas disposições. A maioria refere-se a ações diretamente realizadas no contexto escolar e comprometidas com o ensino e a formação docente, como as intervenções em sala de aula, o trabalho colaborativo com professores, a produção de material didático, as observações e os estudos que se autodenominaram como de base etnográfica. Dentre estes estavam presentes trabalhos que, através da escolha metodológica, explicitaram uma contribuição para a formação docente ou aprendizagem discente no processo de realização da pesquisa ou da prática, dado o potencial de autorreflexão presentes nos procedimentos. Como exemplo, o trabalho de Moreira; Pereira; Barbosa (2019) no ENPEG. Essa possibilidade, ou até mesmo intencionalidade, pode ser encontrada nas narrativas, na utilização do grupo focal, nas propostas de pesquisa-ação, pesquisa participante e pesquisa intervenção na forma de reuniões com professores ou na autoanálise de percursos de formação e de trajetória docente. Contudo, os textos selecionados não demonstraram ser processos vinculados a projetos político-pedagógicos das escolas, mas de iniciativas decorrentes de projetos de pós-graduação, provavelmente de sujeitos já vinculados às escolas, como o de Silva (2019) no ENPEG; de ações vinculados ao PIBID (SALASAR; SILVA; SPIRONELLO, 2019); de experiências de estágio supervisionado, expressa no trabalho de Nascimento (2018) apresentado no ENDIPE, ou

ainda intervenção vinculada à iniciação científica na graduação, exemplificado por Carvalho; Maia (2019) no ENPEG.

Também estavam presentes aqueles em que a interação com o campo não foi dada necessariamente no contexto escolar, mas vinculadas a ele. Foram modos de pesquisa através da utilização de documentos, entrevistas e questionários. Dentre eles, Franco (2009) e Carniel (2019), ambos na SNH/ANPUH. Ressalta-se que foram 34 ocorrências que definiram os documentos como única ou principal fonte e 9 que indicaram os documentos associados com a realização de entrevistas e questionários.

Dada a característica dos eventos, de acolherem não somente trabalhos concluídos, estavam presentes aqueles ainda em fase de definição de proposta ou em fase de revisão de literatura. Nesse âmbito foi considerado um trabalho classificado como de análise teórica que não elucidava se era parte de uma pesquisa mais ampla.

Considerando a vinculação demonstrada pelos textos com o contexto escolar, é possível inferir que eles apresentaram meios de produção do conhecimento que articularam o ambiente da academia e da escola, com suas distintas dinâmicas e exigências. As estratégias e as circunstâncias de realização foram diversas, mas a proximidade com o cotidiano escolar tende a favorecer a escuta de grupos subordinados, ou seja, aqueles que pouco são considerados tanto na definição do conhecimento válido quanto na estruturação da legislação e da política educacional.

Considerações finais

Retomando, a iniciativa teve origem no reconhecimento de que são necessárias informações sistematizadas sobre o que vem sendo produzido em História e Geografia no contexto dos anos iniciais, o que justificou o encaminhamento metodológico. O propósito foi empreender um estudo a partir do levantamento das publicações em anais de eventos científicos de referência ao longo de uma década (2009 a 2019). Os resultados indicam que houve uma continuidade da produção ao longo da década, sustentando um processo de discussão que se mostra comprometido com as práticas pedagógicas e as políticas curriculares que incidem no cotidiano das escolas, não aderindo a uma lógica adaptativa da área no currículo, ou seja, não se resignando a uma racionalidade mercantil de organização e produção de propostas curriculares para serem acatadas e aplicadas pelos professores. Ainda, os trabalhos demonstram ter familiaridade

com a escola e seus cotidianos, indicando uma dimensão empírica forte e um compromisso na busca de compreensões teórico-práticas sobre os processos em estudo.

Os eventos específicos do campo da História e da Geografia e, principalmente, os voltados para o ensino contribuem para o desenvolvimento de estudos que não se fecham em sua singularidade, mas permitem olhar o contexto a partir do ponto de vista da área. Essa especificidade fica evidenciada na preocupação com a formação docente realizada pelo curso de Pedagogia e com a fragilidade contida no trabalho de professores que não tiveram a oportunidade de uma formação mais densa nas áreas específicas. São dilemas recorrentes e em discussão, com os quais se ampliam as possibilidades de melhorias na medida em que ganham visibilidade e reflexão por dentro dos eventos.

Porém, é necessário ter cautela com a responsabilização dos professores dos anos iniciais pelas dificuldades no ensino e na aprendizagem da Geografia e da História nessa fase da escolarização, sem tratar da questão referente ao modo em que se estrutura a formação inicial para a docência no país, em que as licenciaturas em Geografia e História se voltam para o segundo segmento do ensino fundamental em diante e cabe à licenciatura em Pedagogia o ensino de diversas disciplinas específicas. Neste aspecto, importante ressaltar a contribuição dos trabalhos divulgados nos eventos como pontes que podem conectar saberes e práticas e potencializar processos de formação inicial e continuada na docência.

Em relação a aspectos quantitativos das produções, foi identificada a representatividade das regiões Sudeste e Sul como locais de desenvolvimento dos estudos, em detrimento da região Norte do país, a qual indica uma projeção espacial de determinadas relações sociais que incluem a distribuição dos programas de pós-graduação e dos grupos de pesquisa no país. Também, foi observada a presença preponderante das instituições públicas na produção e circulação do conhecimento, principalmente as universidades, considerando que elas geram e abrigam uma boa parte da pesquisa consolidada no país e desfrutam de importante autonomia por parte da comunidade acadêmica.

Foi observada certa influência de enfoques das políticas educacionais nas escolhas pelos temas de estudo presentes nos trabalhos. Se por um lado mostra a atualidade das discussões, por outro mostra uma possível determinação dada pelas políticas nos estudos sobre educação patrimonial, questões étnico-raciais e livro didático, em que pese a importância dos temas para a área. Ainda, a significativa utilização de procedimentos metodológicos realizados no contexto escolar, porém, sem indicação de serem processos vinculados a projetos político-pedagógicos das escolas. Apresentaram

modos de produção do conhecimento que articularam o ambiente da academia e da escola com suas distintas dinâmicas e exigências.

Pesquisas como esta, do tipo estado do conhecimento, são propícias para a identificação de questões e aspectos a serem estudados posteriormente, na medida que fazem o levantamento da condição do conhecimento sobre determinado assunto e em determinada época. Nesse sentido, a pesquisa contribui para identificar a necessidade do fortalecimento da História e da Geografia dos anos iniciais como prática pedagógica que possibilita modos de compreender o mundo vivido em suas mudanças e permanências, semelhanças e diferenças, associadas ao tempo e ao espaço, inclusive de que este fortalecimento prescinde de um desenvolvimento teórico, tanto na formação inicial quanto continuada, articulando o campo da Pedagogia com as áreas específicas, Geografia e História.

Referências Bibliográficas

ABUD, Katia Maria. O ensino de História nos anos iniciais: como se pensa, como se faz. **Antíteses**. Londrina, v. 5, n. 10, p. 555-565, jul./dez. 2012.

ALMEIDA, Maria Mannuela Santos de; SILVA, Josaniel Vieira da. Uma década da lei n. 11.645/08: considerações acerca da inclusão da temática indígena nos anos iniciais do ensino fundamental – um estudo no município de Caruaru/PE. In: 19º Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. 2018, Salvador. **Anais...** Salvador, 2018. p. 1-6. Disponível em: http://www.xixendipe.ufba.br/. Acesso em: 22 março 2021.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. O tempo histórico no ensino fundamental. In: HICKMANN, Roseli Inês (org.). **Estudos Sociais**: outros saberes, outros sabores. Porto Alegre: Mediação, 2002, p. 21-34.

BORBA, Odiones de Fátima; RABELO, Kamila Santos de Paula; OLIVEIRA, Carla Adriana Ataíde, [et al]. In: **Anais** XIII Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Belo Horizonte, 2017. p. 1453-1467.

CAINELLI, Marlene; TUMA, Magda Madalena; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. "Se fosse para o futuro teria que ir e não voltar...": deslocamentos temporais e a aprendizagem da História nos anos iniciais do ensino fundamental. In: **Anais** XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. p. 1-9. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_03f5d7ad4d4ed9afe4356462bd83c8a8.pdf. Acesso em: 25 março 2021.

CALLAI, Helena Copetti; CALLAI, Jaeme Luiz. Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos [et al]. (orgs.) **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. Porto Alegre: Editora da Universidade/AGB-Seção POA, 1999, p. 65-74.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005

CARNIEL, Francislaine Soledade. O lugar da História nos anos iniciais da base nacional comum curricular. In: **Anais** XXX Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. p. 1-11. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/site/anais#F. Acesso em: 10 maio 2021.

CARVALHO, André Luiz Silva; MAIA, Diego Corrêa. Noções sobre regiões nos anos iniciais: reflexões sobre a prática docente. In: **Anais...** 14º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Campinas, 2019. p. 1-10.

CASTELAR, Sônia Maria Vanzella. Educação geográfica e pensamento espacial: conceitos e representações. **Acta Geográfica**, Boa Vista, Edição especial, p. 160-178, 2017.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 11-82.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean [et al]. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 295-316.

COELHO, Paula Cristiane Andrade. Considerações sobre a cidadania e participação: alguns pressupostos para a ação política das crianças na gestão do espaço escolar. In: **Anais** 35ª Reunião Anual da ANPED. Porto de Galinhas, 2012. p. 1-6. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/trabalhos. Acesso em: 25 abril 2021.

DEIRÓ, Maria de Lourdes Chagas. **As belas mentiras**: as ideologias subjacentes aos textos didáticos. São Paulo: Morais, 2002.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **As universidades públicas e a pesquisa no Brasil.** Série Documentos de Trabalho do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9809.pdf .Acesso em: 20 junho 2023.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. São Paulo: Cortez, 1994.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes locais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan./jun., 2006.

FÁVARO, Fernanda Ferragut. Práticas de leitura do livro didático de História nas séries iniciais: múltiplas leituras e produções de conhecimentos escolares. In: **Anais** 16º Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Campinas, 2012. p. 459-471 Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/10WTO1sIrOyokAVQTRCiuF_6K2hz1LCrb. Acesso em: 20 março 2021.

FRANCO, Alexia Pádua. Prescrições curriculares oficiais e livros didáticos de História para séries iniciais do ensino fundamental: entre mudanças e permanências. In: **Anais** XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. p. 1-11. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_336d9f90faaac47585ca16c6e7cf8de4.pdf. Acesso em: 18 março 2022.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia crítica: a radicalidade da dialética dominação-resistência. In: CRUZ, Gisele Barreto da [et al]. (orgs.). **Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas.** Petrópolis: Faperj; CNPQ, Capes; ENDIPE, 2020, p. 425-439. Disponível em: https://www.andipe.com.br/_files/ugd/fd8b07_352446e9eb1645a5bdc0ad245993795e.pdf. Acesso em: 20 junho 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GODOY, Adriana Cristina de; LASTÓRIA, Andrea Coelho. Produção de conteúdo visual no ensino de História e Geografia local. In: **Anais** 16º Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Campinas, 2012. p. 3345-3354 (livro 3). Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/10WTO1sIrOyokAVQTRCiuF_6K2hz1LCrb. Acesso em: 10 maio 2022.

GUIMARÃES, Iara. Textos jornalísticos produzidos para o público infantil escolar. In: **Anais** XI Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Goiânia, 2011. p. 1-12.

HERKERT NETTO, Andreia. A educação patrimonial e os instrumentos multimídia: uma experiência no centro histórico de Santa Maria-RS. In: **Anais** IX ENANPEGE. Goiânia, 2011. p. 1-8.

HICKMANN, Roseli Inês. Ciências sociais no contexto escolar: para além do espaço e do tempo. In: HICKMANN, Roseli Inês (org.). **Estudos Sociais:** outros saberes, outros sabores. Porto Alegre: Mediação, 2002, p. 9-20.

JACQUES, Alice Rigoni. Eu vi o ovo, Vivi vê a uva: escritas em cadernos escolares do 1º ano do ensino primário (1952). In: **Anais** XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. p. 1-15. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945030_38a698925c0cce765df59ec47c0942c7.pdf. Acesso em: 20 março 2022.

KUHN, Martin; CALLAI, Helena Copetti; TOSO, Cláudia Eliane Ilgenfritz. Pressupostos epistemológicos dos círculos concêntricos. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.2, p. 472-491, 2019. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum. Acesso em: 20 novembro 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. O ensino da Didática, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 229, p. 562-583, 2010.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. Educação patrimonial e memória coletiva: a percepção de alunos de ensino fundamental acerca do patrimônio cultural e local. In: **Anais** XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH. São Paulo, 2011. p. 1-13. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares#L. Acesso em: 05 março 2021.

MAIA, Diego Corrêa. Práticas formativas e diferentes estratégias para o ensino de Geografia nos anos iniciais. In: **Anais** 14º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Campinas, 2019. p. 1-15.

MEDEIROS, Andréa Borges de. Certidões de nascimento em foco: os bastidores de uma prática de leitura com crianças. In: **Anais** 37ª Reunião Nacional da ANPED. Florianópolis, 2015. p. 1-14 Disponível em: http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT13-4604.pdf. Acesso em: 10 abril 2022.

MOREIRA, Carolina Magalhães; PEREIRA, Brenda Cardoso; BARBOSA, Marina Sanches. In: **Anais** 14º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Campinas, 2019. p. 1-14.

NADAI, Elza. Estudos Sociais no primeiro grau. **Em Aberto**, Brasília, ano 7, n. 37, jan./mar. 1988. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.7i37.1694. Acesso em: 10 maio 2022.

NASCIMENTO, Carlos Eduardo Gomes. Pensar o passado, narrar a História: a didática na cultura afro-brasileira e a formação do pedagogo. In: **Anais** 19º Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Salvador, 2018. p. 1-6. Disponível em: https://www.andipe.com.br/eventos-anteriores. Acesso em 12 março 2022.

PEDRO, Gabriel Brasil de Carvalho. Currículo postulado e currículo vivido: a Geografia escolar nas séries iniciais. In: **Anais** X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Campinas, 2013. p. 10121-10131. Disponível em: https://www.anpege.ggf.br/enanpege.php. Acesso em abril de 2021.

PERINELLI NETO, Humberto. Práticas de ensino de História e de Geografia nas séries iniciais do ensino fundamental: a propósito da abordagem do local e da formação do professor. In: **Anais** 16º Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Campinas, 2012. p. 5664-5676 (livro 3). Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/10WTO1slrOyokAVQTRCiuF_6K2hz1LCrb. Acesso em: 10 maio 2022.

PIMENTA, Selma Garrido [et al]. Os cursos de licenciatura em pedagogia: fragilidades na formação inicial do professor polivalente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p.15-30, jan./mar. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-9702201701152815. Acesso em:

11 junho 2022.

RAMOS, Francisco Adoniran Braga. Formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental na escola municipal Gerardo Milton de Sá. In: **Anais** 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. p.1-21. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/site/anais#F. Acesso em: 20 janeiro 2022

REIS, Laura; MIRANDA, Sérgio Luiz. A cartografia no currículo proposto para a Geografia escolar e sua ausência na formação de professoras de séries iniciais do Ensino Fundamental. In: **Anais**10º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Porto Alegre, 2009. p. 1-17.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set/dez, 2006.

ROSINSKI, Gabrielle Luana; MICHIELIN, Carolina Araújo. A ilha em que eu habito: uma leitura de mundo nos anos iniciais a partir de um olhar sob a cidade de Florianópolis/SC. In: **Anais** 14º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Campinas, 2019. p. 1-10.

SALASAR, Shakira Porciúncula; SILVA, Rebeca Nunes; SPIRONELLO Rosangela Lurdes. Os mapas mentais como linguagem e representação do espaço escolar por alunos do 5º ano do ensino fundamental. In: **Anais** 14º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Campinas, 2019. p. 1-11.

SAVIANI, Dermeval**. Pedagogia histórico crítica.** Novas aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019.

SILVA, Edineuza Oliveira. Da teoria à prática: o ensino das planícies de inundação nos anos iniciais. In: **Anais** 14º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Campinas, 2019. p. 1-10.

SILVA, Luan do Carmo. Potencialidades do livro didático de Geografia dos anos iniciais do ensino Fundamental para a construção do conhecimento crítico cidadão. In: **Anais** 12º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. João Pessoa, 2013. p. 1503-1514.

SILVESTRI, Monica. Sala de aula inventada: o que se (re)cria com as crianças. In: **Anais** 37ª Reunião Nacional da ANPED. Florianópolis, 2015. p. 1-16 Disponível em: http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT13-3828.pdf. Acesso em: 10 abril 2022.

SOUZA, Helânia Martins de; RAMOS, Ana Maria Pinto. O trabalho de campo na formação do pedagogo: uma experiência positiva como prática de ensino no curso de Pedagogia da UEMG – Barbacena – MG. In: **Anais** 14º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Campinas, 2019. p. 4460-4470.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

STRAFORINI, Rafael. A totalidade mundo nas primeiras séries do ensino fundamental: um desafio a ser enfrentado. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 95-114, jan./jun., 2002.

STRAFORINI, Rafael. "Tão próximo e tão longe": os limites e as possibilidades de pesquisar o ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental por quem não atua nesse nível de escolaridade. In: **Anais** 11º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Goiânia, 2011. p. 1-8.

STRAFORINI, Rafael. Permanências e mudanças no currículo de Geografia dos anos iniciais ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 6, n. 11, p.160-184, jan./jun., 2016.

VARELA, Julia. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 87-96.

Recebido em 08 de julho de 2023.

Aceito para publicação em 9 de dezembro de 2023.